

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

De fatos e ficção

O confronto de versões feito ontem no Conselho de Ética do Senado não alterou – para melhor – a situação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, mas serviu para consolidar uma evidência: até agora, a única pessoa que não se contradisse em momento algum foi Regina Borges. Ambos os senadores vêm, desde o início do processo de coleta de informações sobre a violação do painel eletrônico, adaptando suas versões à versão de Regina, que não muda.

Como estamos diante de um caso em que o que vale são as respectivas palavras dos três protagonistas, em que o embate é entre a verdade e a mentira e a história que conta Regina foi a única imune ao desmonte, é inequívoco que a ex-diretora do Prodasen saiu-se da acareação de ontem em situação de ampla vantagem sobre os outros dois, no que tange ao grau de confiabilidade que se possa conferir ao que ela diz.

Desde o primeiro depoimento, a funcionária mantém nítida e incontestável coerência no relato dos fatos aos quais só faz acrescentar detalhes cada vez mais verossímeis. E esse acréscimo de verossimilhança se dá exatamente na mesma proporção em que aumentam as contradições dos senadores.

Este parece ser o eixo central que orienta a convicção não apenas dos integrantes do conselho, mas de todos os que analisam o episódio, tanto faz se de perto ou a distância.

A incongruência-mãe que Antonio Carlos e Arruda produziram ontem guarda relação com a nova versão que buscaram imprimir ao caso. Ambos agora dizem que a única preocupação que tinham era com a segurança do sistema eletrônico de votação. Precisavam saber, conversaram muito a respeito, se o painel era seguro mesmo ou se Luiz Estevão seria capaz, como se dizia, de tentar mudar os votos.

Abstraindo-se o fato de que o que se dizia no dia da votação era exatamente o contrário – Estevão até pediu que Jader Barbalho levantasse uma questão de ordem alegando que havia boatos de que ACM teria acesso aos votos –, ainda assim há claríssimas evidências de que não foi a segurança o que moveu os senadores.

Fosse, nenhum dos dois teria as reações agressivas e indignadas que exibiram num primeiro momento. Quando Regina Borges revelou o que fizera, ambos negaram veementemente sequer que algum dia tivessem visto listas de quaisquer naturezas e que tivessem mesmo uma ínfima relação com a quebra do sigilo que o relatório da Unicamp comprovara.

José Roberto Arruda, num acesso de loquacidade, produziu um longo e detalhado roteiro de desmentidos que viria a ser derrubado por ele próprio menos de uma semana depois. Ora, se agira, como disse ontem, de boa-fé, se fizera apenas uma “consulta tranqüila” sobre o sistema de computadores à funcionária, por que razão negou tudo e do jeito que negou?

E o senador Antonio Carlos se, da mesma forma, recebera o produto da violação como prova cabal da inviolabilidade, por que rechaçou com tanta contundência que tivesse tido a lista em mãos? Poderiam ter confrontado o depoimento de Regina exatamente dizendo o que dizem agora e, se não o fizeram, se omitiram o ato, atestaram eles mesmos a impossibilidade de se conferir uma réstia de credibilidade à alegação da boa-fé. Este é o fato, o resto é ficção.

Na pressão

Não passou despercebida aos senadores integrantes do Conselho de Ética, a insistência com que o senador Antonio Carlos Magalhães buscava referir-se a nomes que, segundo ele, nunca imaginou estarem na lista de votação no rol dos que ficaram contra a cassação de Luiz Estevão naquela sessão.

A intenção, avaliam, foi a de intimidar o colegiado todo com a insinuação de que ele ainda detém o poder de, por vias transversas, fazer o que fez com a senadora Heloísa Helena e lançar suspeições a respeito de outros votantes.

Ao senador Antonio Carlos talvez tenha escapado o detalhe de que na atual conjuntura, mais que intimidar, sua atitude conseguiu irritar. Sentimento que pode resultar num efeito exatamente oposto ao desejado por ele.

Fora o fato de que, com o gesto repetido, acabou indicando que sua convicção íntima é a de que a posição do Conselho de Ética está tomada, restando agora apostar fichas na alteração dos ânimos da Comissão de Constituição e Justiça e do plenário.

Dois senhores

A sessão de acareação já ia longe, com cinco horas de duração, quando o senador Eduardo Suplicy tocou num ponto que não tem muita relação com o episódio do painel em si, mas é importante para desvendar alguns procedimentos do poder.

Suplicy questionou Arruda sobre a razão que o fez omitir a ocorrência da fraude do presidente Fernando Henrique e perguntou a ACM por que escolheu para a missão junto a Regina exatamente o líder do governo.

Ambos tergiversaram, mas ficou a questão: se o presidente do Senado sentia-se à vontade para atribuir uma tarefa daquela natureza ao líder do governo e este sentia-se desobrigado de prestar satisfações ao presidente da República, servia a dois senhores.

Ou talvez a um só, dado que durante quase um ano o líder do governo foi refém de um segredo junto a um presidente do Senado em franca trajetória de colisão com o mesmo governo cuja bancada liderava.